

Cresce a produção de algodão

Colheita desta safra vai provocar maior contratação de mão-de-obra



Depois do desestímulo, algodão volta a ser atraente

Luiz Carlos Rizzo - (Maringá-PR)
Especial para o MultiRural

Plante que o mercado garante. É por causa dessa afirmativa que os produtores de algodão no Paraná não hesitam em investir firme no algodão apesar da praga do "bicudo" e do "vermelhão", problema que provoca queda do botão floral mas cuja origem a pesquisa ainda não diagnosticou. No ano agrícola 93/94, a área plantada foi de 235 mil hectares (produção de 422 mil toneladas em caroço). Em 94/95, estes números foram puxados para cima: 280 mil hectares e estimativa de produção entre 485 mil e 535 mil ton. em caroço.

Para o agrônomo Humberto Bernardes Junior, responsável pelo acompanhamento dessa cultura no Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, por trás do aumento de área e de volume produzido está a firmeza das cotações. Para custo variável de produção de R\$ 4,22 (despesas diretas) para arroba tipo 6, o mercado dificilmente pagará menos de R\$ 6,80. Mesmo considerando-se custos de produção fixos (remuneração da terra, mão-de-obra, capital, depreciação, etc), ainda sobra margem de lucro para os cotonicultores nesta safra cuja colheita começa em fevereiro/março.

A razão principal da liquidez: a produção nacional não fica acima de 550 mil toneladas em plu-

ma para consumo anual de 850 mil ton. No mercado internacional, os maiores produtores (EUA, China e Índia) não apresentam grandes saltos na produção, o que é de bom tamanho para o Brasil.

Função social

A estabilização da cotonicultura paranaense, que já ocupou área de 705 mil hectares, apresenta reflexos sociais positivos. Considerando-se a necessidade de um trabalhador/três hectares durante o ciclo da cultura, o algodão proporcionará em 95 não menos que 93 mil empregos diretos.

De acordo com projeção do Deral, a remuneração para os apanhadores na colheita (geralmente, bóias-frias) absorverá entre 15 e 20% do valor bruto da comercialização. Usineiros, donas-de-casa, empregadores urbanos que contratam pessoal sem qualificação profissional começam a ficar preocupados desde já. Pode haver forte migração de trabalhadores desqualificados para a colheita de algodão.

Trata-se de uma "preocupação positiva", conforme diz o presidente do Sindicato Rural de Maringá, Anibal Bianchini da Rocha, que já foi Secretário da Agricultura do Paraná:

"Uma melhor remuneração aos trabalhadores do meio rural significa, nem que seja momentaneamente, melhoria na distribuição de renda, comércio das pequenas cidades dinamizado e menos tensão social."

Cana gera maior número de empregos no meio rural

Colocada costumeiramente no "banco dos réus" por "ocupar terras nobres reservadas à produção de alimentos no Paraná", a cana-de-açúcar dá a volta por cima e já é na atualidade a lavoura que mais proporciona empregos diretos no Estado. Ocupando 220 mil hectares de terras mistas geralmente reservadas à pecuária de corte extensiva, a cana proporciona 45 mil empregos diretos no campo e mais nove mil para sua transformação com açúcar e álcool nas 28 usinas e destilarias paranaenses.

"É um mito dizer que a cana seria uma lavoura antisocial. Muito pelo contrário. Não existe cultura mais social que ela", argumenta Ricardo Rezende, presidente da Alcooper, entidade que congrega as empresas do setor e responsáveis por um faturamento anual no Estado superior a R\$ 600 milhões.

Empregos

Andando pela periferia de Mandaguaçu, 16 mil habitantes, o prefeito Antonio Saes irrita-se ao ver áreas rurais de alto valor arrendadas por seus proprietários para produção de cana. Ao mesmo tempo, porém, ele reconhece que, não fosse essa lavoura, grande parte do orçamento social do município seria canalizado para compra de cestas básicas para distribuição a famílias carentes e de desempregados.

Só a usina Santa Terezinha, localizada no distrito de Iguatemi (município de Maringá), é a principal geradora de empregos em Mandaguaçu (1000 empregos diretos na lavoura e centenas no segmento de processamento). Esta mesma empresa aparece como a segunda maior arrecadadora de impostos na rica e industrializada Maringá.

De acordo com Júlio Cesar Meneguetti, diretor do Grupo Usaçúcar (quatro usinas de açúcar espalhadas pelo Noroeste), a cana proporciona milhares de empregos diretos durante oito meses do ano (colheita), exigindo também grandes contingentes no plantio e tratos culturais fora deste período.

Os números confirmam. Cerca de 78 alqueires de soja, por exemplo, exigem apenas um trabalhador, enquanto 2,3 alqueires de cana proporcionam um emprego direto. No item exportação, no confronto entre estas duas culturas, enquanto o grão proporciona divisa de US\$ 10/saca de 60 Kg, a saca de 50 Kg de açúcar contabiliza na caixa US\$ 19.

Quando comparado com a pecuária de corte extensiva, a cana mostra ainda mais seu valor social. Com 100 alqueires de pasto, o pecuarista não precisa mais de dois empregados. Neste mesmo espaço, a cana exige 43 trabalhadores. Esta cultura, resalta Ricardo Rezende, está mais concentrada em área de solo pobre e historicamente reservadas à criação extensiva de bovinos na proporção de 2 a 3 cabeças/alqueire. (Este alqueire tem seu preço médio fixado em R\$ 5000/

6000 no Noroeste).

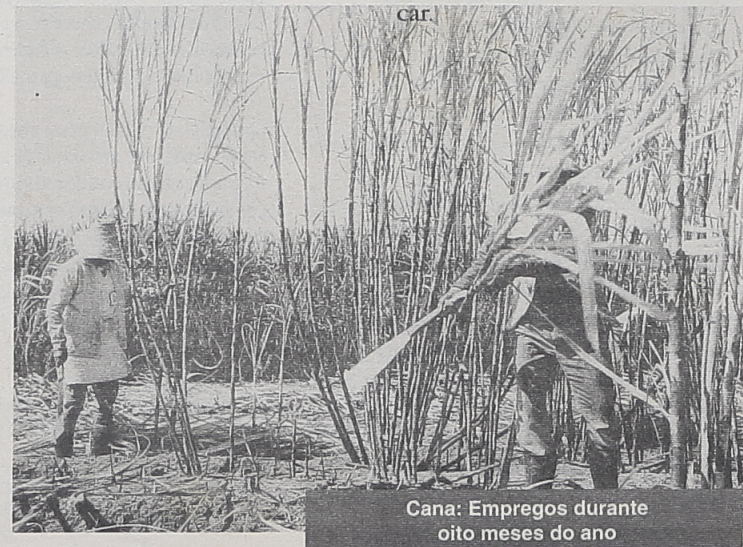
Pouca área

A cana ocupa pouco espaço no território paranaense. Do total de 12 milhões de hectares entre lavouras temporárias e permanentes, contenta-se com apenas 3,6%.

Segundo maior produtor de álcool no Brasil (886 milhões de litros) e entre os cinco maiores produtores de açúcar (8,6 milhões de sacas), o Paraná, através de suas 28 usinas e destilarias, encontra nessa cultura que produz combustível e alimento energético, o substituto ideal para o vazio econômico-social deixado no rastro da falência da cafeicultura.

Em 94/95, os 220 mil hectares reservados à cana produzirão 15,1 milhões de toneladas. E quem arrendar suas terras às usinas receberá anualmente R\$ 400/alqueire. Limpinhos e sem qualquer esforço.

Em tempo: a atividade canavieira é a única obrigada por lei a investir maciçamente em assistência social aos seus empregados. Do faturamento global na produção de álcool, 2% são para esta finalidade, sendo de 1% no caso da produção de cana e açúcar.

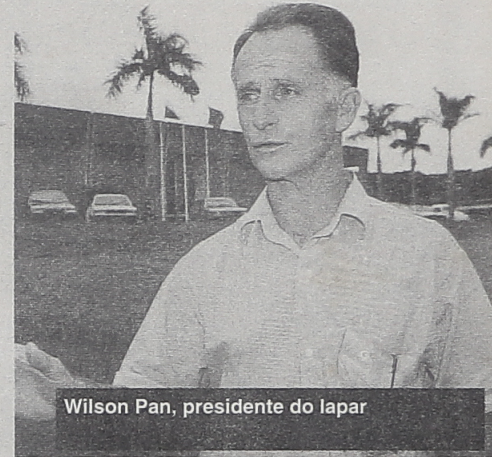


Cana: Empregos durante oito meses do ano

O Iapar precisa de mudanças

Maria Flores - (Londrina-PR) / Especial para o MultiRural

O novo presidente do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), o engenheiro agrônomo Wilson Pan, assume a instituição com a prioridade de tornar mais rápida a transferência de tecnologia aos agricultores, promover parcerias com o público usuário das pesquisas e melhorar os salários do pessoal. Formado em 1966 pela Universidade Federal do Paraná, Wilson Pan foi pesquisador na área de fitotecnia de trigo do Ministério da Agricultura, onde realizou trabalhos para o Iapar, então presidido por um de seus idealizadores, o engenheiro agrônomo Raul Juliato. Também passou por diversas cooperativas - ainda é um dos vice-presidentes da Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná) - e entra na presidência do Iapar com o apoio da comunidade científica e lideranças agrícolas. No primeiro dia após sua posse, ele recebeu o **MultiRural** para a seguinte entrevista.



Wilson Pan, presidente do Iapar

MultiRural - Quais são as principais metas da sua gestão?

Wilson Pan - Precisamos fazer com que o Iapar tenha uma presença muito mais forte com todo o seu público usuário, agropecuaristas, associações de classe e cooperativas. Hoje, o Iapar tem uma angústia ver uma grande quantidade de pesquisadores deixando o Iapar, levando junto o conhecimento adquirido e o investimento feito durante anos. Os funcionários precisam trabalhar com salários dignos, para render ao máximo para a instituição. Temos que conter imediatamente esta evasão se queremos ter um instituto gerador de tecnologia. Para isso dependemos de um staff governamental e vamos brigar por isso.

MultiRural - O senhor vai trabalhar com um orçamento 80% maior que o do ano passado. O montante é suficiente para fazer os investimentos necessários e recuperar os salários do pessoal?

Wilson Pan - Temos um orçamento de R\$ 47 milhões, mas não chega a ser 80% maior que os R\$ 18 milhões do ano passado. Desta quantia, R\$ 22 milhões serão aplicados no Simepar - Sistema de Meteorologia do Paraná - trabalho de grande importância para o Estado, uma vez que vai fornecer dados meteorológicos que podem representar ganhos para a agricultura paranaense. Outros R\$ 3,5 milhões são destinados ao Programa Paraná Rural. Temos que contar com um corte no orçamento, na ordem de 20%, que é considerado normal. Restam, portanto, R\$ 20 milhões para o desenvolvimento dos trabalhos, encargos e salários. De qualquer forma acreditamos que sejam suficientes para atender todas as exigências.

MultiRural - Por que, onde está a deficiência?

Wilson Pan - Há deficiência em vários setores. A primeira vem dos próprios agricultores. Nós sabemos que grande parte dos agricultores simplesmente empobreceram, por conta das dificuldades enfrentadas na atividade e hoje não têm condições de implantar as novas tecnologias. Um outro ponto é termos que encontrar melhores condições de repassar nossa tecnologia para atingirmos todos os usuários, nos diferentes níveis de percepção. O Iapar gera a tecnologia e as repassa para a extensão rural, que é a Emater, e para as cooperativas, encarregadas da difusão desta tecnologia. Nos últimos anos, a Emater enfrentou dificuldades, dada a grande e constante mudança de profissionais, o que dificultou o processo. Em resumo, todo este fluxo deve ser melhorado.

MultiRural - O senhor não teme que, a continuar os baixos salários, persista também a evasão de pesquisadores, com vem ocor-

rendo nos últimos anos?

Wilson Pan - Este é um problema grave, que aflige os funcionários de todos os escalões. É uma angústia ver uma grande quantidade de pesquisadores deixando o Iapar, levando junto o conhecimento adquirido e o investimento feito durante anos. Os funcionários precisam trabalhar com salários dignos, para render ao máximo para a instituição. Temos que conter imediatamente esta evasão se queremos ter um instituto gerador de tecnologia. Para isso dependemos de um staff governamental e vamos brigar por isso.

MultiRural - Como o senhor espera conseguir isso?

Wilson Pan - Acredito ser importante que nossos usuários sintam a importância do Iapar para o desenvolvimento da agricultura do Paraná. No momento em que existir esta consciência, estes usuários vão ser os grandes defensores do Iapar perante os órgãos governamentais. Mas também há outra questão. Nós já ouvimos do secretário da agricultura e da vice-governadora que eles darão uma atenção muito grande ao Iapar, reconhecendo o instituto como gerador de tecnologia para a agricultura paranaense. Por isso acredito que vamos vencer estas dificuldades.

MultiRural - Em 1970, o Iapar deixou de ser uma fundação e se tornou uma autarquia. No entanto, a regulamentação da autarquia só ocorreu no final do ano passado. Faz parte do regulamento a formação de um conselho administrativo, com uma

participação muito grande da iniciativa privada. Na sua opinião, Isso é benéfico para a instituição?

Wilson Pan - De fato, durante todos estes anos o Iapar viveu num vazio e com a regulamentação da autarquia, a iniciativa privada se faz mais presente, através de um grande número de entidades particulares. Aqui estão presentes cooperativas, entidades de classe como as sociedades rurais, Faep e Fetaep, entre outras. Considero isto muito importante, na medida que estes representantes, através deste conselho, podem tomar para si a responsabilidade de tornar o Iapar realmente eficaz. E para que ele seja eficaz talvez sejam necessárias algumas modificações...

MultiRural - Tais como?

Wilson Pan - Uma maior flexibilidade dentro do seu orçamento, por exemplo. E este conselho vai ter que brigar conosco por isso. Eles representam o nosso público usuário, e devem estar atentos para que o Iapar cumpra as necessidades básicas que eles têm. Este conselho tem força para chegar ao governo do estado, ao secretário da agricultura (que é o presidente do conselho) e pedir as mudanças necessárias para que o Iapar possa atender as suas demandas. Mas nós, do Iapar, preci-

samos aprender a usar bem este conselho, para que ele possa desempenhar o papel e a atribuição que lhe é conferido, para que ele esteja envolvido com todas as questões do Iapar. Este conselho tem que entender que a eficácia do Iapar é a eficácia de suas organizações, e só assim ele será realmente útil para a instituição.

MultiRural - Por que o Iapar não desenvolve parcerias com a iniciativa privada, a exemplo do que aconteceu com a Embrapa, que desta forma conseguiu recursos para custear suas pesquisas, driblando a escassez de verbas do governo federal?

Wilson Pan - Eu acho que eles foram muito inteligentes com esta iniciativa. O Iapar tem que seguir exatamente este caminho, mas hoje nós temos um problema. Todos os recursos que são gerados pelo Iapar vão para os cofres do governo e nem sempre retornam para o Iapar, para a pesquisa agropecuária. É aí que vamos precisar da força

do nosso Conselho administrativo, para que, se preciso for, nós venhamos a mudar mais uma vez a forma jurídica da instituição, para que possamos aplicar bem nosso recursos gerados e trazermos resultados mais eficazes para a nossa agropecuária. Este é o desafio, não só desta diretoria, mas de todo o Iapar.